



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Processos Psicológicos Básicos
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento

Treinamento para prevenção de abuso sexual em abrigos de emergência

Dafne Rosane Oliveira

Orientador: Dr. Lincoln da Silva Gimenes

Co-orientador: Dr. David Alan Eckerman

Brasília, fevereiro/2013



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Processos Psicológicos Básicos
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento

Treinamento para prevenção de abuso sexual em abrigos de emergência

Dafne Rosane Oliveira

Orientador: Dr. Lincoln da Silva Gimenes

Co-orientador: Dr. David Alan Eckerman

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento do Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Área de Concentração em Análise do Comportamento do Instituto de Psicologia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências do Comportamento.

Brasília, fevereiro/2013

Banca Examinadora

A Banca Examinadora foi composta por:

Profa. Dra. Laércia Abreu Vasconcelos - Presidente
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Jair Lopes Júnior - Membro externo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp

Profa. Dra. Eileen Pfeiffer Flores - Membro interno
Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. Raquel Maria de Melo - Membro suplente
Universidade de Brasília - UnB

Agradecimentos

Ninguém falou que ia ser fácil! Essa frase me perseguiu durante o mestrado, servindo ora como incentivo, ora como consolo. De fato, não foi fácil! Mas fico muito satisfeita em ter escolhido esse caminho, e não tenho dúvidas que a dificuldade trouxe muito crescimento, aprendizado e maturidade. Felizmente, tenho muitas pessoas a agradecer, que direta ou indiretamente me apoiaram durante esses dois anos, me fazendo acreditar que valeu a pena.

Agradeço à minha família, meus pais Carlos e Daisi, por me ensinar a lutar pela busca de ser uma pessoa melhor, dando suporte e bons exemplos para isso. A meus irmãos Tiago, Tássia e Clarissa, pelo incentivo e por fazerem minha vida ter sentido. Cada um a sua maneira soube me animar nas horas difíceis e comemorar comigo cada passo à frente.

Às minhas avós, Antônia e Julieta, que rezaram muito por mim, e por carinhosamente torcerem pelo meu sucesso. As minhas tias, tios, primas e primos (que não nomeio pela falta de espaço), pois sempre torceram por mim. Agradeço por sentirem minha falta em cada comemoração em que estive ausente por estar em Brasília. Também à Paulinha, que mesmo sem me conhecer me incentivou a aceitar o desafio de vir pra Brasília. Não fosse pela minha família nada disso teria sentido.

Ao meu orientador, Lincoln Gimenes, pelo admirável pesquisador que é, por contribuir imensamente com minha formação acadêmica e pessoal, preocupar-se com meu bem-estar, e por saber estimular minha autonomia na busca pela pesquisa, mesmo em meio a tantas dificuldades.

Ao meu co-orientador, David Eckerman, pela paciência, gentileza e bom-humor em nossos contatos, e pela grande contribuição e incentivo com a elaboração do programa de treinamento.

Ao Dr. Kent Anger, presidente da Northwest Education Training and Assessment-LLC – NwETA, pela permissão de utilização do sistema cTRAIN e pela ajuda com os ajustes finais do programa.

A prof. Dr. Laércia Vasconcelos, prof. Dr. Jair Lopes, prof. Dr. Eileen Flores e prof. Dr. Raquel Melo, por gentilmente aceitarem participar da banca examinadora.

Aos professores do PPB por seus valiosos ensinamentos, especialmente aqueles com quem tive aula: Lincoln, Dida, Timothy, Laércia, Elenice, Marcelo, Jorge e Rachel Nunes. Ao professor Timothy, pela sua admirável disposição em me auxiliar com a análise dos dados.

A TODOS os companheiros do Programa de Pós-graduação, por compartilharem momentos de estresse e descontração. Agradeço principalmente pelo entusiasmo, pelas conversas, pelos barzinhos, pela sinuca, pelo cinema e principalmente pelo incentivo mútuo que movia cada encontro. Agradeço também ao Thi, pela amizade, pela companhia na academia e pela valiosa ajuda nas infinitas traduções.

Às minhas queridas pacotes, Paula e Fernanda, companheiras na alegria e na tristeza, com a incrível habilidade de transformar momentos chatos e tristes em pura palhaçada. Agradeço especialmente pelo entusiasmo e companheirismo na reta final.

Aos orientandos e ex-orientandos do professor Lincoln com quem tive prazer de ter contato: André Bravin (por toda a ajuda e incentivo), Carlos Bohm (pelas dicas sobre a seleção do mestrado), Letícia (pela valiosa ajuda em várias etapas da pesquisa), Kellen e Louise (pelo acolhimento e carinho), Ariela (pelo carinho, alegria e pela linda ajuda),

Izabel (pela amizade e ótima companhia nas aulas ministradas do Curso de Verão) e Paula, pela amizade.

Aos meus alunos da turma de Introdução à Psicologia, que proporcionaram o prazer que foi ministrar as aulas.

A todos os funcionários da secretaria do PPB e do laboratório, especialmente Joyce e Amanda, pela atenção, competência e bom-humor no atendimento aos alunos.

Ao Cauê, pela sincera amizade e conversas de incentivo mútuo; à Keila, pela torcida de longe, por compartilhar sua experiência acadêmica e pelas conversas sérias e bobas; à Vivian, pela grande amizade e por, mesmo longe, compartilhar comigo as angústias e alegrias de uma pós-graduação; e à Cla por ser minha assistente de pesquisa.

A Adriana, Alessandro e Letícia, que me acolheram quando cheguei em Brasília.

A Ju, Paulo e Kezia, meus padrinhos de Brasília, pela companhia agradável e por me acolheram com muito carinho. Foi um presente ter vocês ao meu lado.

Ao Sidnei, diretor da Defesa Civil de Campinas, e toda sua equipe que muito gentilmente me auxiliou para que o treinamento fosse realizado com sucesso.

Aos 26 participantes da pesquisa, fundamentais para a execução do trabalho, pela gentileza e interesse em participar do treinamento.

À tia Raquel, pela valiosa contribuição na redação final do texto.

A todos meus professores da Unesp, que me proporcionaram uma excelente formação, especialmente ao Prof. Kester Cararra, pelo incentivo, amizade e inspiração, mesmo estando distante.

Aos meus amigos da UNESP-Bauru, que comemoraram comigo o ingresso na UnB, e mesmo com a distância se fazem presentes em minha vida.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Índice

Banca Examinadora	i
Agradecimentos	ii
Lista de figuras	vi
Lista de Tabelas	vii
Resumo	viii
Abstract.....	ix
Introdução.....	1
Atuação da Psicologia nas emergências e desastres	2
Abuso sexual	7
Programa computadorizado cTRAIN.....	13
Método.....	17
Resultados.....	23
Discussão	26
Referências	37
Anexos.....	43
Anexo A: Aprovação do Comitê de Ética	43
Anexo B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	44
Anexo C: Avaliação do treinamento	45

Lista de Figuras

Figura 1. Sala de realização do treinamento com os participantes.....	18
Figura 2. Média de respostas corretas (%) no desempenho nos testes.....	24

Lista de Tabelas

Tabela 1. Estrutura das etapas da aplicação do treinamento.....	20
Tabela 2. Descrição das etapas da aplicação do treinamento.....	23
Tabela 3. Valores do teste de postos com sinais de Wilcoxon.....	24
Tabela 4. Quantidade de erros por módulo, nas etapas do treinamento.....	25
Tabela 5. Avaliação geral do treinamento pelos participantes.....	26

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo elaborar um conteúdo específico para um treinamento de prevenção de abuso sexual dentro de abrigos de emergência, aplicá-lo por meio de um programa computadorizado de treinamento e avaliar sua eficácia. Os participantes foram 26 funcionários da rede pública (área da Saúde, Assistência Social e Defesa Civil) que geralmente são solicitados a atuar nos abrigos de emergência. O sistema de treinamento utilizado foi o cTRAIN, que tem apresentado resultados efetivos em diversos contextos. Os resultados indicaram a efetividade do treinamento, e a reação dos participantes frente ao treinamento foi positiva. O teste não paramétrico de Wilcoxon apontou que o desempenho dos participantes no pré-teste aumentou significativamente após o treino, verificado pelo desempenho no pós-teste 1. Mesmo observando-se uma queda no desempenho dos participantes de pesquisa, ao compararmos o pós-teste 1 com o pós-teste 2, o resultado se manteve significativamente acima do pré-teste.

Palavras chave: Emergências e desastres, treinamento computadorizado, instrução programada, abuso sexual, cTRAIN.

Abstract

This study aimed to elaborate specific content, focusing on the prevention of sexual abuse in emergency shelters, it was applied by a computer program training, and assessing their efficacy. The participants were 26 employees of the public service (health care, social welfare and Civil Defense) that are generally required to act in emergency shelters. The training system used was the cTRAIN, based on a programmed instruction, which has shown effective results in different contexts. The results indicate the effectiveness of the training, and the participant's reaction after the training was positive. The nonparametric Wilcoxon test showed that the participants' performance in the pre-test increased significantly after training, it was verified by the performance during the post-test 1. Even observing a drop in the participants' performance, when we compare the post-test 1 to post-test 2, the result remained significantly above the pre-test.

Key words: Emergencies and disasters, computerized training, programmed instruction, sexual abuse, cTRAIN.

A ocorrência de desastres chamou a atenção de pessoas do mundo todo nos últimos dez anos, tendo em vista uma série de acontecimentos graves que repercutiram em crises em diversos contextos da sociedade, como os ataques terroristas de 11 de setembro, os tsunamis no Pacífico, as inundações na Austrália, o furacão Katrina nos EUA, os deslizamentos no Brasil e os terremotos no Haiti, Chile, Japão e Nova Zelândia. Considera-se que existe uma crise quando há um conflito, uma situação em que os recursos disponíveis não são suficientes para lidar com a resolução do problema. Nota-se também que os acontecimentos graves que vêm ocorrendo ultrapassaram a capacidade de resposta dos serviços de atenção à saúde. (Falcão, Amaral, Silva & Baracat, 2012)

A palavra desastre pode ser definida – de acordo a Política Nacional da Defesa Civil – como sendo o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais, ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.” Essa definição, entretanto, tem sido questionada em decorrência da crença de que os eventos naturais invariavelmente tiveram alguma influência por parte da ação humana. (Brasil 2010, Brasília, 2011)

Em vista do impacto dos desastres são gastos bilhões de dólares no mundo para reparar os prejuízos materiais, sociais e psicológicos aos afetados. (Falcão *et.al*, 2012). Nessa perspectiva, são realizados esforços em diversas esferas de assistência, para que haja um melhor acolhimento e resposta diante do impacto dos desastres, bem como de seus efeitos. É crescente o número de medidas de planejamento e prevenção que busquem diminuir os diversos prejuízos envolvidos. Nesse contexto, no âmbito preventivo, encaixa-se o objetivo do presente estudo, que se propõe a elaborar um

conteúdo específico referente à prevenção de abuso sexual em abrigos de emergência, aplicá-lo por meio do sistema de treinamento cTRAIN e verificar sua efetividade.

Atuação da Psicologia em Emergências e Desastres

A atuação em emergências e desastres envolve inúmeras frentes de trabalho, e nesse sentido, é fundamental a assistência social que deve ser disponibilizada aos afetados. Tal amparo envolve diretamente a assistência na área da saúde, refletindo a necessidade de um trabalho multidisciplinar, o qual compreende o papel do psicólogo. A atuação da Psicologia na temática de emergências e desastres é muito recente em relação a outras áreas mais tradicionais, como por exemplo, a Psicologia Clínica e a Escolar. Contudo, é um trabalho que vem ganhando respaldo, mostrando sua relevância diante de uma demanda que se torna cada vez mais recorrente e visível.

O manual de Gestão de Riscos e Desastres: Contribuições da Psicologia (Lopes, Costa, Soares, Furtado, Alves, Solino & Cartagena, 2010) apresenta a inserção do trabalho de psicólogos e outros profissionais na situação de desastre, descrevendo como o profissional pode atuar em diferentes momentos, que foram organizados de acordo com as etapas de ações propostas pela Defesa Civil, ou seja, nas medidas preventivas, na preparação para o desastre, na atuação frente o desastre e após ele acontecer, no período de recuperação:

1. Prevenção: na percepção de riscos da comunidade, projetos educativos, projetos para amenizar as vulnerabilidades sociais e mapeamento de áreas de risco.
2. Preparação: no auxílio às comunidades, executando e estruturando os planos de contingência, que vão dar as diretrizes de como agir diante de demandas específicas.

3. Durante o desastre e na recuperação pós-desastre: atuando na gestão e administração dos efeitos advindos, na administração dos abrigos provisórios, na concepção dos planos de reconstrução, no atendimento às pessoas afetadas, sempre levando em conta as necessidades da população e as diferenças entre as reações comportamentais de cada indivíduo.

As primeiras intervenções psicológicas em emergências e desastres tinham foco na atuação assistencial às pessoas na fase após a ocorrência do desastre, e se esperava que os psicólogos tivessem sua atuação somente nessa fase, refletindo uma crença que a Psicologia restringe-se à prática clínica diante de uma queixa, diante de um sintoma; o que deixava de lado a possibilidade de intervir também nas fases de prevenção e preparação. Contudo, a Psicologia tem um arcabouço teórico e prático que lhe permite atuar nas quatro etapas de enfrentamento ao desastre propostas pela Defesa Civil (prevenção, preparação, resposta e reconstrução), mostrando então que essa área não se constitui em um fazer novo na Psicologia. Trata-se de um ambiente novo para fazer algo que, ao menos parcialmente, já é conhecido pelos profissionais da Psicologia. (Brasília, 2011)

Ademais, constituem tarefas do psicólogo contribuir no preparo da comunidade para a situação de desastre, auxiliar no fortalecimento das relações comunitárias, favorecendo que se somem as capacidades e as competências das comunidades para solucionar as crises locais; desenvolver ações orientadas à promoção de uma cultura de redução de riscos de desastres, atuando na mobilização de potenciais de ação e habilidades para enfrentar essas situações. (Lopes *et.al*, 2010)

O Brasil não é um país reconhecido pela ocorrência de grandes desastres, como furacões, tsunamis e terremotos. De acordo com o CEPED (2012) – o Atlas Brasileiro

de Desastres Naturais, elaborado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, em cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina – os tipos de desastres encontrados em nosso país são: estiagem e seca, inundação brusca e alagamento, inundação gradual, granizo, geadas, vendaval e/ou ciclone, tornados e trombas d'águas, incêndios florestais, movimento de massa, como deslizamentos, erosão linear, erosão fluvial e erosão marinha.

Em 1987, em Goiânia-GO, aconteceu o que pode ter sido o primeiro registro da atuação da Psicologia nas emergências e desastres. Trata-se do acidente do Césio-137, considerado o maior acidente radioativo do país, o qual resultou em efeitos nocivos imediatos, principalmente a médio e longo prazo. Foi realizado um estudo sobre os efeitos psicológicos e de comportamento por receio da contaminação por radiação quatro anos após a exposição, mostrando que informações bem orientadas poderiam prevenir perturbações físicas e psicológicas; foi constatado também desconhecimento generalizado dos efeitos da radiação ao longo prazo; bem como notou-se que as perturbações físicas e psicológicas podem permanecer elevadas durante anos após a ocorrência de um acidente radioativo. Ficou evidenciada a existência de uma forte dependência de características específicas da população envolvida, assim como o contexto sociocultural no qual ocorreu o acidente. (Gimenes e Vasconcelos, 1997)

Diante da evidente demanda, diversos grupos de discussão envolvendo psicólogos, no âmbito universitário e na sociedade em geral, têm se reunido desde 2006, em seminários, oficinas e cursos, em nível regional e nacional, apresentando em suas programações o tema da saúde mental em várias frentes. As discussões se concentraram no desafio de desenvolver planos de curto, médio e longo prazo, visando minimizar riscos, reduzir condições de vulnerabilidade, atuar na resposta ao desastre, estimular a

mobilização social para a prevenção de desastres, sempre discutindo a inserção da Psicologia, tanto como ciência como profissão. (Lopes *et.al*, 2010).

Alguns exemplos notáveis são o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades Mais Seguras, o V DEFENCIL (Seminário Internacional de Defesa Civil) em 2009; a I Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, em 2010; e, recentemente, o II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, realizado em 2011.

Em relação ao trabalho da Psicologia, Franco (2007) aponta a importância de identificar as pessoas em risco para o desenvolvimento de alterações psicológicas e psiquiátricas (como por exemplo, Transtorno de Estresse Pós-Traumático e Depressão), para que seja oferecido suporte e, se necessário, realizado o encaminhamento para profissionais especializados. É relatado que os desastres, em uma sociedade tão desigual quanto é a brasileira, fazem repercutir ainda mais o clamor por ações preventivas regulares que minimizem os impactos destrutivos desses eventos, uma vez que seja garantida assistência, evitando a perda de vidas humanas, bem como diminuindo o sofrimento humano diante dessas situações, tanto antes, quanto durante e depois da ocorrência do desastre. (Brasília, 2011)

Dessa forma é fato a necessidade de realização de mais estudos nas etapas de prevenção ao desastre. É providencial a existência de estudos que enfatizem a organização e a gestão dos abrigos de emergência, uma vez que esse ambiente é permeado por diversos conflitos advindos do cenário devastador dos desastres, como as perdas materiais e humanas, e o desabrigamento.

Em situações de emergências é muito comum que as vítimas percam sua moradia e não tenham outros recursos, assim, a busca de abrigos disponibilizados pelo poder público se torna a alternativa mais viável, enquanto aguardam outras formas de ajuda. Os abrigos de emergência, que podem ser temporários ou permanentes, são caracterizados por grandes espaços que abrigam diferentes pessoas, muitas vezes desconhecidas. Em alguns casos, são marcados pela falta de privacidade, o que por vezes contribui para a ocorrência de diversos tipos de violência.

A gestão do abrigo abrange diversos tipos de atuação, desde questões ligadas à sua localização a problemática da organização espacial, permeando aspectos da infraestrutura local, de saneamento básico, englobando pontos de higiene. Outros elementos como alimentação, áreas de lazer e manejos de resíduos também são da alçada do gestor do abrigo, bem como temas mais complexos como: cuidados médicos, odontológicos, nutricionais e psicológicos, os quais envolvem diversos profissionais especializados em todas as etapas de planejamento e execução das ações e serviços oferecidos. (SEDEC-RJ, 2006)

Dessa forma, percebemos a importância de um profissional da Psicologia nesse processo, uma vez que precisam ser articuladas medidas que garantam o atendimento psicológico às demandas que emergem sob o efeito do desastre. Uma demanda que vem sendo debatida em congressos e seminários que discutem as ações da Psicologia nas emergências e desastres é a ocorrência de diversos tipos de violência frente aos afetados nos abrigos de emergência.

Na ocasião do II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, realizado em Brasília, em 2011, foi ressaltada uma preocupação específica no contexto dos abrigos: a ocorrência de alguns tipos de violência dentro dos abrigos, sendo o abuso

sexual o mais recorrente. Outro dado ressaltado foi a dificuldade encontrada pelos diversos profissionais envolvidos em lidar com essa demanda, visto o despreparo dos profissionais de saúde para oferecer uma atenção que tenha impacto efetivo na saúde das vítimas. Jaramillo e Uribe (2001) observaram que a maioria das disciplinas da saúde não contemplam em seus currículos, e programas de educação continuada, a formação e o treinamento dos aspectos relacionados com a violência.

IASC (2005) aponta que no contexto de emergências e desastres naturais, mulheres e crianças são muitas vezes alvo de abusos e mais vulneráveis à exploração e violência. É mencionado que durante a fase de preparação para emergências deve haver uma coordenação de ações preparatórias entre os setores de gestão a fim de possibilitar uma rápida intervenção, prevenção e resposta à violência sexual nas emergências.

Uma preocupação coerente é conhecer os registros das ocorrências, contudo, o IASC (2005) aponta que os dados de ocorrência dos casos de violência sexual, em qualquer cenário (relatórios de saúde, polícia, âmbito jurídico ou outras fontes), representa apenas uma proporção muito pequena do número real de casos. Tal fato se deve, em partes, à falta de denúncia pelas vítimas, que geralmente não falam do incidente por inúmeras razões, incluindo o sentimento de culpa, o medo de represálias, desconfiança das autoridades e o medo da revitimização.

O IASC (2005) menciona que grande parte dos casos de violência sexual pode ser evitada, desde que haja um efetivo planejamento de segurança dos locais onde as populações desabrigadas estiverem. Este planejamento deve conter questões inerentes à avaliação e monitoramento das condições mínimas de atendimento aos afetados, além da necessidade de contarmos com instalações adequadas e coordenação de resposta focada para a violência sexual.

Abuso sexual infantil

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública, que envolve aspectos psicológicos, médicos, sociais e jurídicos. Trata-se de um tipo de violência grave, recorrente e gerador de efeitos de negativos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental das vítimas, exigindo, portanto, intervenções adequadas e efetivas em vista do potencial dano que pode causar. Pode ser definido como o envolvimento de uma criança ou adolescente em ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a vítima, ou seja, um adulto ou uma criança mais velha. (Habigzang & Koller, 2011)

Em um levantamento do Ministério da Saúde, Teles (2012) informou que em 2011 houve 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de dez anos. Do total das notificações registradas, 35% dos casos são referentes à violência sexual. Este índice é apontado como o segundo maior tipo de violência em crianças de 0 a 14 anos, ficando somente atrás das notificações de negligência e abandono entre 0 a 9 anos, e violência física entre 10 a 14 anos. Na faixa de 15 a 19 anos, a violência sexual ocupa o terceiro lugar, ficando atrás de violência psicológica e violência física. Ainda nesse levantamento, constatou-se que a maior parte das agressões ocorreu na residência da criança (64,5%) e que grande parte dos agressores são pais e outros familiares, ou alguém do convívio próximo.

A duração do abuso pode ir desde um único episódio isolado até episódios recorrentes e rotineiros de vários anos. Pode se iniciar em qualquer faixa etária e ocorrer por vários anos sem que haja revelação por parte da criança, ou sem que nenhum dos membros da família fale explicitamente sobre o abuso ou o denuncie. (Padilha, 2007)

No tocante as características das vítimas, verifica-se que as crianças tornam-se mais vulneráveis frente a situações de risco, tais como abuso sexual, demonstrando suscetibilidade individual quando não contam com uma rede de apoio social e afetivo. A presença de uma rede de apoio fornece fatores de proteção ao abuso sexual, uma vez que representa uma fonte de segurança para a qual a criança pode recorrer frente a uma ameaça do abuso. (Padilha, 2007)

Veltman e Browne (2001) apontam que agressores sexuais visam crianças com baixa autoestima, que parecem vulneráveis e inseguras de si mesmas, com necessidade mais aparente de serem cuidadas. Contudo, é ressaltado que o abuso só ocorrerá se as contingências presentes forem favoráveis, pois não basta haver um agressor (que pode ser qualquer tipo de pessoa, homem ou mulher, jovem ou velho, rico ou pobre), é necessário que existam contingências que permitam que um agressor em potencial encontre um ambiente vulnerável e uma vítima que não apresente resistência. (Padilha, 2007)

Nesse sentido, é relevante apontar o abuso sexual como um fenômeno multideterminado. Segundo Chiesa (1994), a multideterminação de comportamentos ocorre pela interação de causas imediatas e causas remotas. O comportamento é relacional, e é fato que o homem age sobre o mundo e o modifica, e por sua vez, o comportamento é modificado pelas consequências de sua ação. (Skinner, 1953). A partir dessa citação de Skinner, e em referência ao abuso sexual, Padilha (2007) menciona que o organismo está modificado e que a origem dessa modificação está em sua história de vida. Ou seja, o comportamento é fruto de um processo em que a história de vida de um indivíduo é somada às contingências atuais as quais ele está exposto, considerando que

a pessoa presente é soma dos efeitos passados, e o comportamento presente interage, tanto com as contingências atuais, quanto com os efeitos passados.

Portanto, a história de cada indivíduo irá determinar quais estímulos se tornam discriminativos e passam a controlar a probabilidade de que certas respostas aconteçam. No tocante à ocorrência de abuso sexual, um modelo explicativo que considere uma única “causa” do fenômeno abuso sexual, pode se revelar incompleto. Portanto, as estratégias de prevenção devem considerar as inúmeras variáveis que podem estar envolvidas. (Padilha, 2007). Nessa perspectiva, identificar variáveis que controlam a ocorrência de comportamentos permite reorganizar o ambiente no qual o comportamento ocorre. Faz parte da programação de contingências (no caso, contingências que favoreçam a prevenção do abuso sexual), reorganizar as condições sob as quais o comportamento ocorre, dessa forma, tornando menos ou mais prováveis certos comportamentos. (Carrara, 2008)

Por conseguinte, devem ser levados em conta fatores individuais, relacionais, sociais e culturais, e devem ser considerados aspectos do padrão comportamental, a história dos indivíduos e suas famílias, tanto da vítima quanto do agressor. Tendo em vista o exposto, fica evidente a necessidade dessa ampla análise que considera uma complexa rede de fatores implicados na determinação do abuso sexual da criança. (Padilha 2002, Friedrich, 1998)

No contexto do abrigo de emergência estão presentes diversas contingências que podem favorecer ou dificultar a ocorrência de abuso sexual, e tais contingências se estabelecem por meio de diversos fatores, a saber, a história de vida dos indivíduos envolvidos, presença ou ausência de redes sociais e de apoio com a vítima, capacidade de resistência da vítima em se defender de agressores, localização espacial das áreas do

abrigo, que podem ou não favorecer a ocorrência do abuso sexual. Esse contexto sustenta a necessidade de treinar os profissionais do abrigo para lidar com as situações de ocorrência de abuso sexual.

Wolfe (1998) aponta a necessidade de prevenção em três níveis: primário, secundário e terciário. A prevenção primária se refere ao nível da informação aos pais, professores, adolescentes e crianças, visando à educação sobre riscos de abuso sexual e sobre maneiras de enfrentar essas situações. Alguns trabalhos que envolvem a prevenção primária no contexto educacional colocam a escola como uma instituição promissora para o desenvolvimento de ações preventivas. (Wurtele, 1990; Wurtele & Saslawsky 1996; Wurtele, Kast, & Melzer, 1992; Fieldman e Crespi, 2002, Padilha, 2007).

Os programas de prevenção primária diferem em formato e estilo, utilizando geralmente de uma a doze sessões, livros, filmes, teatros, discussões em classe, *role-play* e dramatizações, e focam conceitos sobre o domínio do corpo, o toque, dizer “não”, procurar ajuda e relatar o acontecido para alguém. No Brasil, há um único estudo (cf. Padilha, 2007) acerca de um programa de prevenção do abuso sexual para pré-adolescentes e adolescentes. (Brino & Williams, 2008). Estudos encontrados na literatura nacional e internacional (Brino e Williams 2003, Padilha 2007, Wurtele 1987, Herbert, 2001, Lumley, 1998), geralmente concluem que as crianças que participam de programas formais mostram conhecimento mais acurado sobre conceitos de prevenção de abuso sexual e tendem a aceitar menos convites de estranhos do que crianças que não receberam este tipo de treinamento.

A prevenção secundária compreende a capacitação de profissionais que lidam com as crianças e adolescentes abusados sexualmente, buscando a detecção precoce de

crianças e adolescentes em situações de risco, impedindo os atos de violência ou sua repetição, atuando em situações já existentes. Amazarray e Koller (1998) apontam que o manejo inadequado por profissionais de saúde pode produzir um dano psicológico adicional à vítima, pois são necessárias medidas que forneçam proteção à vítima e que não incidam sobre ela a culpa pelo abuso.

Por fim, a prevenção terciária foca-se no acompanhamento integral da vítima e do agressor, por equipe multidisciplinar, incluindo atendimento médico, psicológico, social e jurídico, com o objetivo de lidar com as sequelas de abuso e a probabilidade de efeitos a longo prazo.

Geralmente os principais temas abordados em programas de prevenção de abuso sexual são em relação a:

“Definições de abuso sexual infantil; Crenças (mitos e realidades); Causas e consequências (efeitos) do abuso sexual; Aspectos legais do abuso sexual (Estatuto da Criança e do Adolescente); Deveres do profissional frente a estes casos; Encaminhamento e tratamento da criança sexualmente abusada”.

(Brino & Williams, 2003, p.3)

À vista disso, acredita-se que é possível evitar que o abuso ocorra ou que ele se repita, por meio de programas educacionais para crianças e/ou adolescentes e famílias. É importante que as vítimas relatem o abuso sexual sofrido, que seja facilitado o acesso às instituições e aos profissionais que possam ajudar a minimizar o estresse da situação. São também relevantes os programas de capacitação de profissionais para lidarem com essa situação, os quais podem contribuir para minimizar o impacto do abuso no

desenvolvimento da vítima e de como a família lida com a situação. (Barros, Williams & Brino 2008).

Mais uma vez ressalta-se a importância de entender o abuso sexual como um fenômeno complexo e determinado por diversas variáveis. Por conseguinte, tanto pais quanto professores ou profissionais da saúde devem atentar-se para o fato de que a discriminação a ser alcançada é a de sinais de risco e não de pessoas de risco, por observação de contingências ambientais relacionadas com o perigo e não com regras baseadas em estereótipos. (Padilha, 2007)

Foi com base nestes dados que elaboramos o conteúdo do treinamento proposto em nossa pesquisa: somando as características dos abrigos de emergência, os conteúdos trabalhados nos programas de prevenção de abuso sexual infantil, e a compreensão do abuso sexual como um fenômeno multideterminado.

Programa computadorizado - cTRAIN

Um programa de treinamento que vem sendo usado em diversos contextos e aplicações, e apresentando resultados relevantes é o programa cTRAIN, que foi criado por Kent Anger e colaboradores da Universidade de Saúde e Ciências de Oregon, com a finalidade de proporcionar treinamentos de comportamentos de segurança para trabalhadores com pouca instrução formal. (Anger, Rolhman, Kirkpatrick, Reed, Lunden & Eckerman, 2001).

O sistema de treinamento cTRAIN foi produzido segundo princípios comportamentais, utilizando como base a instrução programada para o desenvolvimento e aplicação dos módulos do treinamento, incorporando o uso do computador. A instrução programada é produto da tecnologia de ensino, cujas máquinas de ensino aparecem como forma de resolver os obstáculos que podem surgir diante as dificuldades

de cada aluno. (cf. Skinner, 1972). É relatado que a ênfase desse recurso didático está na programação, uma vez que inclui planejamento, implantação e avaliação de ensino, mediante a apresentação de estímulos para a aprendizagem, fazendo uso efetivo de reforços, modelagem e manutenção de comportamento. (Gimenes, Eckerman e Vasconcelos 2010).

É apontado que, por meio da instrução programada, a aprendizagem pode ser mais agradável, eficaz e permanente, à medida em que o aprendiz realiza um curso programado constituído de um grande número de etapas pequenas e fáceis, dessa forma com menos possibilidades de cometer erros. Não apenas, o aprendiz recebe *feedbacks* positivos ao longo do programa, o que contribui para manter o interesse ou motivação durante sua realização. (Pereira, 1970)

A instrução programada pode ser usada em diversos contextos, não somente nos escolares, e permite formas para se ensinar gradualmente os comportamentos desejados, apresentando alternativas de planejamento de contingências de ensino. Nota-se que a ideia da instrução programada está presente em uma proposta, considerada revolucionária, a de Salman Khan, que disponibiliza em seu site: (<https://www.khanacademy.org/>) vídeo-aulas gratuitas, módulos de exercícios e acesso ao desempenho, como ferramenta de ensino de diversas disciplinas. Há inclusive um interesse do governo brasileiro em implantar tal recurso metodológico na rede pública.

De acordo com Santos (2011), a instrução programada é indicada para aprendizagem de matérias que podem ser analisadas em elementos e etapas, para transmitir informações para equipes, clientes de empresas, pais, observadores que codificam comportamentos de uma criança autista, também do ensino de habilidades de autoajuda, de auto-observação, entre outros.

O sistema cTRAIN pode ser apresentado por meio de texto escrito, falado, fotografias e vídeos, os quais são compostos a partir de pequenos conjuntos de informações que são avaliados por alguns testes durante o treinamento. É fornecido um retorno imediato a cada teste, e na presença de uma resposta correta o participante avança no treinamento. No caso de uma resposta incorreta o conteúdo é automaticamente reapresentado, até que seja respondido corretamente para que haja continuidade. Dessa forma trabalhando de acordo com seu ritmo de aprendizagem e sendo exigido, portanto, um desempenho de 100% de acerto no treino. (Eckerman, 2007).

Anteriormente o programa podia ser rodado em qualquer computador, de mesa ou portátil, sendo que o módulo de treinamento e os resultados da aplicação ficavam armazenados no próprio computador. Atualmente, o acesso ao programa de treinamento é via internet, e os dados também ficam armazenados virtualmente em um conjunto de dados disponíveis aos pesquisadores, sendo o seu acesso vinculado a um domínio fechado, com restrição de um *login* específico e senha. Inicia-se com a apresentação de um tutorial com instruções de como usar o programa, nos mesmos moldes de toda a estrutura do treinamento. Para permitir uma comparação do desempenho anterior e posterior ao treino, é realizado teste geral sobre o conteúdo do treino, o chamado pré-teste (antes do treino), e um pós-teste (após o treino).

É notável a diversidade de contextos nas quais a aplicação do programa apresentou eficácia nos treinamentos, como por exemplo, uma equipe de saúde não especializada a adotar as rotinas corretas para ministrar medicamentos a pacientes internos (Eckerman, Abrahamson, Ammerman, Fercho, Rohlman & Anger, 2004); com trabalhadores rurais de fala não inglesa em uma estufa comercial para plantas (Anger,

Stupfel, Ammerman, Tamulinas, Bodner & Rohlman, 2006); o primeiro estudo no Brasil, com comportamentos de segurança para trabalhadores rurais em uma fazenda orgânica no Distrito Federal (Santos, 2010); e, no ambiente organizacional, em um estudo que avaliou a aceitabilidade e a eficácia do treinamento no ensino de princípios básicos de resposta a problemas de violência cometidos por um parceiro íntimo e as repercussões no ambiente de trabalho. (Glass, Bloom, Perrin & Anger, 2010).

Neste último, que dentre os citados mais se assemelha ao presente estudo (pelas características dos participantes e da temática), considera-se que o conhecimento foi transmitido de forma eficaz, sendo que a maioria dos participantes pelo menos afirmou verbalmente que iria tomar medidas para executar as recomendações do treinamento. Além disso, tal treinamento foi capaz de mudar a perspectiva de um pouco mais da metade (52,9%) dos participantes sobre a violência doméstica e ambiente de trabalho, e mostrou uma maior motivação da maioria (67,3%) para abordar o tema através da implementação de algumas das opções de ação aprendidas com o treinamento em seu local de trabalho. (Glass *et al.* 2010)

Diante do exposto, considera-se relevante a escolha do uso do programa cTRAIN, no que se refere a seu diferencial em relação ao uso da instrução programada como base de ensino, e em vista dos resultados eficazes que a aplicação dos treinamentos tem obtido. A partir do que foi apontado, retoma-se o objetivo do presente estudo: elaborar um conteúdo específico para um treinamento computadorizado, sobre prevenção de abuso sexual em abrigos de emergência, aplicá-lo em funcionários que irão atuar nos abrigos de emergência, por meio do programa cTRAIN.

Método

Etapa 1: Contato com a Defesa Civil

Foi feito contato com o diretor da Defesa Civil da cidade de Campinas-SP, que autorizou a realização do treinamento e ficou responsável pela seleção dos participantes (instruído pela pesquisadora a selecionar funcionários que já haviam trabalhado ou os que seriam requisitados para trabalhar em abrigos de emergência quando houvesse tal necessidade).

Etapa 2: Elaboração do módulo de treinamento

Inicialmente, foi feita uma consulta à literatura relevante de duas áreas: Psicologia nas emergências e desastres e em trabalhos de prevenção de abuso sexual, em geral. Além da consulta em periódicos científicos, nacionais e internacionais, foram feitas consultas a manuais e cartilhas com conteúdos educacionais relacionados aos temas de prevenção e gestão de desastres, maus tratos e violência em geral, prevenção de abuso sexual e educação sexual. A partir desse material foram definidos cinco módulos, que continham um tema principal, subtópicos e um objetivo de aprendizagem para cada módulo, que serão melhor descritos adiante. Além disso, foi levada em consideração a realidade brasileira, no tocante às necessidades comumente aparentes do contexto dos abrigos de emergência no Brasil.

Etapa 3: Treinamento

1. Participantes e Local

Os participantes dessa pesquisa foram 26 funcionários da rede pública municipal, que geralmente são solicitados a atuar nos abrigos de emergência quando há a ocorrência de desastres. Tais funcionários fazem parte de uma das três instâncias do

Poder Público: Saúde, Assistência Social e da Defesa Civil. Os participantes dessa pesquisa, em sua maioria, são funcionários da Defesa Civil, 11 homens e 15 mulheres, com a média de idade de 45,92 anos e Desvio Padrão (DP) de 9,70.

O treinamento aconteceu na sala de informática da Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor (EGDS), um centro que oferece cursos, palestras e eventos visando o crescimento profissional e pessoal dos servidores públicos de Campinas e região. Tal espaço foi cedido para o treinamento por meio da solicitação do diretor da Defesa Civil de Campinas.



Figura 1. Sala de realização do treinamento com os participantes, no dia do treinamento.

2. Equipamento

Foram utilizados para a aplicação do programa de treinamento os computadores disponíveis na sala de informática do EGDS, com Windows XP. O acesso ao programa foi feito via internet e o programa computadorizado utilizado foi o c-TRAIN. Foi feita uma cuidadosa tradução das instruções do programa, que é originalmente na língua inglesa, para que fosse garantida uma linguagem clara e concisa para os participantes.

2.1. Estrutura do programa de treinamento

O material de treinamento foi organizado em cinco módulos: a) Módulo 1: Definição e efeitos do abuso sexual infantil; b) Módulo 2: Características das ocorrências de abuso sexual; c) Módulo 3: Identificação de situações de risco; d)

Módulo 4: Situações de risco no abrigo de emergência; e) Módulo 5: Educação, suspeitas e denúncias. Cada módulo contém alguns subtópicos, que tem pelo menos duas e no máximo quatro telas de informação (TI), seguidas de uma tela de questão (TQ). Ao todo foram 64 telas de informação e 24 telas de questões, sendo uma questão por tela. As questões foram elaboradas de acordo com o conteúdo apresentado, condensando os pontos principais de cada tópico.

A Tabela 01 mostra os módulos, os subtópicos, as quantidades de telas por módulo e subtópico, e os objetivos de aprendizagem de cada módulo. Após a elaboração do módulo de treinamento os tópicos foram inseridos no software cTRAIN.

3. Procedimento

Anteriormente ao início da aplicação, o presente projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde, na Universidade de Brasília, documento disponível no Anexo A.

A aplicação foi feita de forma coletiva e simultânea, e em dois períodos do mesmo dia: uma turma na parte da manhã e outra parte no período da tarde. A pesquisadora esteve presente durante toda a aplicação e forneceu instruções verbais aos participantes antes do treinamento começar. A primeira aplicação teve duração média de 41,08 minutos (DP=11,42) e a segunda aplicação (somente o pós-teste) teve duração média de 9,99 minutos (DP= 5,24)

A princípio, foram dadas as seguintes instruções verbais: apresentação da pesquisadora e informações sobre a realização do treinamento (amparadas por uma tela de Power Point projetada por um *datashow*). Antes do início da manipulação do computador, foi solicitado o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponível no Anexo B.

Tabela 1.

Estrutura do módulo de treinamento com os objetivos de aprendizagem.

Tópicos agrupados pelos módulos	Subtópicos	N° TIs	N° TQs	Objetivos de Aprendizagem
Módulo 1: Definição e efeitos do abuso sexual infantil	Abuso sexual	3	1	Conhecer a definição de abuso sexual e seu efeito negativo e prejudicial para o desenvolvimento de crianças.
	Definição	2	1	
	Tipos de abuso sexual	3	1	Conhecer e identificar as formas pelas quais o abuso sexual pode acontecer.
Módulo 2: Características das ocorrências de abuso sexual	Características do abuso sexual	10	4	Conhecer e identificar as características e os sinais típicos de uma ocorrência de abuso sexual
	Sinais de abuso sexual	3	1	
Módulo 3: Identificação de situações de risco	Tipos de abusadores	4	2	Reconhecer que o abuso sexual pode ser cometido por qualquer pessoa (de qualquer sexo, classe social, etnia e com ou sem familiaridade com a criança).
	Situações de risco	3	1	Conhecer e identificar situações de risco para o abuso sexual, e reconhecer a importância de se avaliar bem e combinadamente os sinais de abuso sexual, entendendo-o como um fenômeno multideterminado.
	Sinais de abuso sexual	4	2	
Módulo 4: Situações de risco no abrigo de emergência	Abrigo de emergência	7	2	Identificar características do abrigo que podem promover a prevenção do abuso sexual no abrigo de emergência.
	Medidas preventivas	10	3	Conhecer e saber utilizar algumas diretrizes para a prevenção do abuso sexual no abrigo de emergência.
Módulo 5: Educação, suspeitas e denúncias	Educação sexual	2	1	Identificar a importância das crianças estarem informadas em relação ao abuso sexual e de como isso pode ser um fator preventivo em relação ao abuso.
	Notificação	5	2	Reconhecer a importância da denúncia e da notificação do abuso, saber como fazê-la e conhecer os cuidados necessários nesse processo.
	Suspeitas e denúncias	8	3	

As primeiras instruções apontavam o *link* do treinamento, o botão que deveria ser “clicado” para o início do treinamento, o local em que deveria ser digitada a identificação do participante, apontamentos sobre o programa não ser brasileiro e apresentar algumas palavras na língua inglesa (que não comprometeriam qualquer entendimento do programa), uma ressalva de que todos os participantes deveriam participar das duas etapas do treinamento (sendo informado nesse momento: data, horário e local da segunda aplicação) e finalmente, que ao término do treinamento os participantes deveriam preencher uma avaliação impressa, sem que fosse necessária sua identificação.

Para os participantes que completaram as duas etapas, foi entregue um certificado de participação. Após as instruções cada participante foi submetido à fase de pré-teste (24 questões que eles deveriam responder sem qualquer retorno sobre o desempenho, a título de linha de base, para avaliar o conhecimento sobre o conteúdo do treinamento).

Seguindo adiante, eles passaram para a fase de treino, na qual foram apresentadas telas de informação (que continham o conteúdo das instruções e das informações importantes acerca do tema, por meio de frases curtas, com no máximo 30 palavras, juntamente com a visualização de figuras referentes ao texto) e de questões intercaladas (telas com questões apresentadas por meio de uma afirmação que deveria ser julgada como falsa ou verdadeira). Nessa fase, as questões respondidas corretamente eram sinalizadas com uma carinha feliz e a continuação do treinamento. Havendo uma resposta errada, era apresentada uma carinha triste e o programa automaticamente rerepresentava o conteúdo correspondente àquela questão, e apresentava a questão até que o participante respondesse corretamente, para assim dar seguimento ao treinamento.

Após o término do treino seguia-se o pós-teste 1, em que eram apresentadas as mesmas 24 questões do pré-teste, sem retorno sobre o desempenho e sem telas de conteúdo, para averiguar o desempenho dos participantes após a intervenção, o treino. Com o fim do treinamento, os participantes visualizavam uma tela com seu desempenho: a pontuação final no pós-teste. Por fim, foi entregue a avaliação impressa, disponível no Anexo C, que versava sobre aspectos do treinamento e teve como objetivo verificar a opinião e a reação dos participantes frente ao treinamento.

3.1 Reaplicação do pós-teste

Essa etapa constitui o que chamamos aqui de pós-teste 2. Foi feita também de forma coletiva e simultânea, quatro semanas após a aplicação da primeira etapa, com apenas 18 dos 26 participantes que realizaram a primeira aplicação. Foram apresentadas, aleatoriamente, as mesmas questões do pós-teste, 1 realizado na primeira etapa, apresentando somente a pontuação final, ao final do pós-teste.

Uma semana após o término do treinamento, cada participante recebeu um e-mail com um retorno sobre seu desempenho, indicando sua pontuação no pós-teste 2 e o registro da resposta correta para cada questão, nas quais houve erro. Foi emitido um certificado de participação para todos que completaram o treinamento, ou seja, para quem esteve presente na primeira e na segunda aplicação. Também foi emitido pelo EGDS um certificado à pesquisadora pela realização do treinamento. A Tabela 2 sumariza a primeira e a segunda aplicação do treinamento, apontando sua ordem, descrição e o tempo de realização.

Tabela 2.
Descrição das etapas da aplicação do treinamento.

Etapas	Descrição	Média e DP do tempo de realização em minutos
Pré-teste	24 questões sem retorno sobre o desempenho do participante, anteriormente ao treino	M= 7,71 DP= 2,89
Treino	64 TIs e 24 TQs divididos em cinco módulos, com retorno sobre o desempenho, e critério de 100% de acerto para avançar nas telas	M= 28,54 DP= 8,46
Pós-teste 1	24 questões sem retorno sobre o desempenho, após o treino	M= 4,83 DP= 1,35
Avaliação	Avaliação geral do treinamento impressa preenchida e entregue por todos os participantes	M= 2,67 DP= 0,86
Pós-teste 2	Segunda aplicação 24 questões sem retorno sobre o desempenho, realizado quatro semana após a primeira aplicação	M= 9,99 DP= 5,24

Resultados

Os resultados mostram que as respostas corretas no pré-teste apresentaram uma média de 72,46%, com Desvio Padrão (DP) de 18,70%, e com os acertos variando de 3 a 23, em um total de 24 questões. Na fase de pós-teste 1, a média de acertos foi de 94,35% (DP=6,87%), com pontuações variando de 18 a 24 acertos (100%), uma amplitude menor do que a encontrada no pré-teste. Por fim, na fase do pós-teste 2, a média foi de 81,78% (DP=13,99%), com os acertos variando de 12 a 24.

A Figura 1 mostra as médias do desempenho entre o pré-teste, pós-teste 1 e pós-teste 2. Ocorreu um aumento na média da porcentagem de respostas corretas, do pré-teste para o pós-teste 1. Em relação às médias dos pós-testes, observa-se uma diminuição, todavia a segunda ainda assim permanece maior que a média do pré-teste.

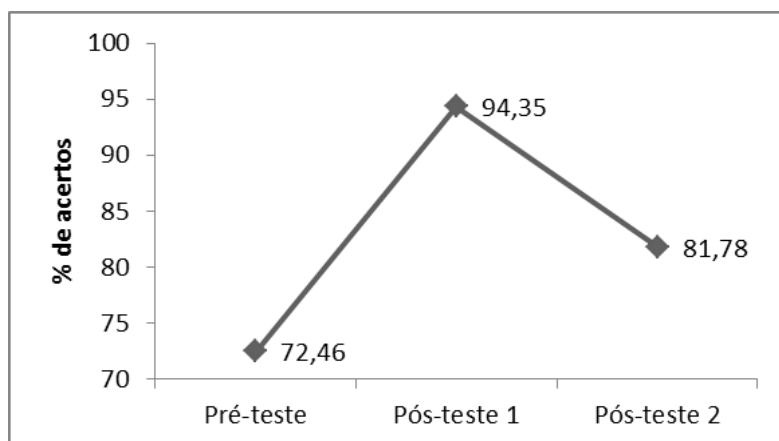


Figura 2. Média de respostas corretas (%) no desempenho dos testes

O desempenho dos sujeitos nas três etapas de avaliação foi comparado usando o teste de postos com sinais de Wilcoxon (Signed Rank Test, SPSS v. 18), cujos resultados constam na Tabela 3. Nota-se que todas as diferenças foram estatisticamente significativas e o tamanho do efeito dessas diferenças pode ser considerado forte. O número de participantes é diferente nas comparações, uma vez que, somente 18 dos 26 participantes iniciais completaram o pós-teste 2.

Tabela 3.

Valores do teste de postos com sinais de Wilcoxon (Signed Rank Test, SPSS, v.18).

Comparação	Z de Wilcoxon	N	p <	r ¹
				(tamanho do efeito)
Pós-teste 1 vs Pré-teste	-4,462	26	0,01	0,875
Pós-teste 2 vs Pré-teste	-3,042	18	0,001	0,717
Pós-teste 2 vs Pós-teste 1	-3,544	18	0,001	0,835

Reaplicação do pós-teste

O desempenho dos participantes no pós-teste 2 (que foi realizado após quatro semanas da realização consecutiva do pré-teste, treino e pós-teste 1) permaneceu

¹ O valor “r” se refere ao tamanho do efeito, um nome atribuído a um conjunto de índices que estimam a magnitude do efeito do treinamento. De acordo com Cohen (1988) esses valores são classificados de acordo com em três faixas: se o valor de “r” fica abaixo de 0,3 o efeito é considerado fraco, entre 0,3 e a 0,5 o efeito é moderado, e acima de 0,5 ele é considerado forte.

significativamente acima do pré-teste. Portanto, observou-se que existe uma diferença significativa no desempenho dos sujeitos entre todas as etapas do treinamento, e ressalta-se a eficácia do treino, demonstrada pelo desempenho no pós-teste 1, e sua manutenção após o período que se seguiu até o pós-teste 2.

Outras duas variáveis foram analisadas, a idade dos participantes e o tempo de trabalho na função atual. A média da idade foi de 45,92 anos (DP= 9,71), e em relação ao tempo de serviço naquela função a média foi 11,94 anos (DP= 9,98). Uma análise da correlação entre idade e o tempo de trabalho e o desempenho no pré-teste, pós-teste e pós-teste 2, mostrou que não há correlação entre essas variáveis e o desempenho nas etapas. Ademais, a tabela 4 mostra a frequência de erros por módulo em cada etapa do treinamento.

Tabela 4.
Quantidade de erros por módulo, nas etapas do treinamento.

	Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3	Módulo 4	Módulo 5
Pré-teste	10	25	30	37	68
Treino	07	17	06	19	42
Pós-teste 1	01	07	05	09	14
Pós-teste 2	04	17	12	09	37
Total	22	66	53	74	161

Medidas de reação – avaliação do treinamento pelos participantes

A avaliação geral do treinamento pelos participantes mostrou que eles consideraram o treinamento como positivo. A Tabela 04 mostra os dados da avaliação geral, cuja pontuação média obtida foi de 3,53 (DP= 0,50), numa escala de 1 (péssimo) a 4 (ótimo). Além da avaliação geral, os participantes também opinaram em relação à adequação dos conteúdos do treinamento, ao manuseio do programa, e sobre o interesse

de participar novamente de treinamentos similares. A redação das questões e suas alternativas estão disponíveis no Anexo C.

Dos 26 participantes, 46% consideraram que os assuntos do treinamento foram muito adequados às suas necessidades e interesses, 50% que foram adequados e somente 4% que foram pouco adequados.

Tabela 5.
Avaliação geral do treinamento pelos participantes.

Escala	Descrição da avaliação	n° de participantes	%
1	Péssimo	0	0
2	Ruim	0	0
3	Bom	12	46
4	Ótimo	14	54
Total		26	100

Todos os participantes indicaram que as instruções para a execução do treinamento foram claras. Somente um participante assinalou que o equipamento não foi fácil de usar. Do total dos participantes, 77% disseram que aprenderam novas informações com o treinamento. Ademais, 96% apontaram que não houve itens ou palavras ofensivas no treinamento. Todos os participantes consideraram que os conteúdos foram adequadamente trabalhados. Metade deles indicou que após o treinamento mudou sua perspectiva em relação aos casos de abuso sexual nos abrigos de emergência, e 42% apontaram que com certeza gostariam de participar de outros treinamentos similares a esse, sendo que 46% gostariam de participar e 12%, talvez gostariam.

Discussão

O presente estudo teve o objetivo de elaborar o conteúdo, aplicar e verificar o efeito de um programa de treinamento computadorizado, visando o aprendizado de

comportamentos de prevenção ao abuso sexual em um contexto específico: os abrigos de emergência.

Kirkpatrick (1976) apresenta três aspectos relevantes que devem ser analisados para verificar o impacto de um treinamento, possibilitando uma avaliação abrangente. São eles: 1. Auto relato dos participantes (reação), 2. Desempenho dos participantes nos testes (aprendizagem), 3. Mudança no comportamento, ou através de medidas globais, como a produtividade da instituição (resultados). No presente estudo, os dois primeiros itens serão devidamente analisados, contudo, em relação ao terceiro tópico, não será possível uma análise, em virtude de impasses que serão descritos.

O tópico “mudança de comportamento” é muito discutido na análise da eficácia treinamentos como meio de verificar se o aprendizado se mantém no comportamento dos participantes após a intervenção, e frequentemente feito através de observações. No presente estudo, o comportamento esperado seria a execução das orientações prestadas no treino, visando à identificação de situações de risco de abuso sexual dentro dos abrigos de emergência. Contudo, até o momento do término dessa pesquisa não houve oportunidade desse contexto propício para a observação. Portanto, espera-se que quando haja tal situação propícia, os participantes sejam capazes de identificar e diminuir as chances de ocorrência de abuso, e que, diante das ocorrências de fato, sejam tomadas as providências necessárias à denúncia e proteção dos envolvidos.

Uma opção em relação a isso, para estudos futuros, seria elaborar um protocolo de observação para ser completado pela pesquisadora e/ou profissionais do abrigo, mediante as ações na gestão de abrigo de emergência em atividade, verificando o comportamento dos funcionários que foram submetidos ao treinamento, e averiguando se as medidas indicadas foram implementadas.

No tocante ao desempenho dos participantes nos testes, por meio de análises estatísticas, buscou-se verificar se o programa foi efetivo. Os dados apresentados na seção de resultados mostram que o treinamento teve efeito no desempenho dos participantes, pois em média, o conhecimento dos participantes no pré-teste aumentou significativamente após o treino, verificado pelo resultado do pós-teste. Mesmo com a diminuição da média de acertos do pós-teste 1 para o pós-teste 2, verificou-se diferenças significativas entre o desempenho, estando a média do pós-teste 2 significativamente acima do pré-teste. Esses dados mostram que mesmo com a passagem do tempo – as quatro semanas entre o pós-teste 1 e pós-teste 2 – os participantes obtiveram um bom desempenho.

Foi relatado o tamanho do efeito de cada comparação entre os testes, e verificou-se que o efeito foi forte, mostrando a eficácia do programa de treinamento em promover o aumento do desempenho dos participantes após a intervenção, o treino. O uso do tamanho do efeito como método de análise é cada vez mais aceito por pesquisadores de diversas disciplinas. Conboy (2003) aponta a necessidade e a importância do relato do tamanho do efeito, mostrando que os pesquisadores das ciências sociais, comportamentais, médicas e educacionais devem ter o cuidado de relatar a magnitude do efeito que seja adequada a seus dados.

Ainda em relação ao desempenho dos participantes, discute-se a tabela 4 apresentada na seção de resultados, que mostra a frequência de erros em cada etapa do treinamento. Nota-se que o módulo que apresentou mais erros em todas as fases (161) foi o módulo 5 (Educação, suspeitas e denúncias). Após, encontra-se o módulo 4 (Situações de risco no abrigo de emergência), com 74 erros no total; o módulo 2 (Características das ocorrências de abuso sexual), com 66 erros; o módulo 3

(Identificação de situações de risco), com 53 erros, e por último o módulo 1 (Definição e efeitos do abuso sexual infantil), com 22 erros no total.

Nota-se também que houve uma regularidade na diminuição da quantidade de erros. Gradativamente os erros decresceram desde o pré-teste até o desempenho do pós-teste 1 em todos os módulos. Somente entre o pós-teste 1 e 2 pode-se observar o aumento na quantidade de erros, o que mostra que a passagem do tempo teve efeito nesses resultados, mas ainda assim a quantidade de erros é baixa quando comparada aos valores do pré-teste, ou seja, antes da apresentação do treino.

Foi feito um levantamento das questões que obtiveram mais erros no pós-teste 1 e pós-teste 2, e em relação às questões que não apresentaram erro algum. Uma hipótese foi levantada, de que a quantidade alta de erros pode ter acontecido por ocasião da forma como a informação foi apresentada, ou até mesmo do enunciado das questões, podendo ter acontecido uma falha no controle das informações que deveriam garantir o aprendizado.

Outra hipótese se baseia nas crenças apontadas na literatura em relação a algumas características da ocorrência do abuso sexual e suas implicações para o abrigo de emergência. Acredita-se que tais crenças podem ter controlado o comportamento dos participantes mais do que a informação apresentada. Vale ressaltar que quando falamos de crenças nos referimos à regras que pouco condizem com as contingências presentes, o que aponta a necessidade de modelar novos repertórios verbais mais condizentes com as contingências.

No pós-teste 1, as questões que obtiveram mais erros foram relacionadas à localização espacial das áreas no abrigo, uma vez que é indicado que as áreas nas quais as crianças frequentam devem ser próximas às áreas comuns a todas as outras pessoas.

Referente ao módulo 5 (Educação, suspeitas e denúncias), notou-se o desconhecimento dos participantes em relação à necessidade de que sejam feitas denúncias e da forma como fazê-la, que pode ser feita por qualquer pessoa. Podemos salientar que em nossa sociedade o papel de cuidador dos pais é mais aceito do que o papel de abusador, o que pode controlar o fato de que a maioria dos participantes não considerou o cuidado adicional que deve haver sobre deixar nas mãos dos pais a responsabilidade pela denúncia, pois conforme foi apontado é alto o índice (de 85% a 90%) de casos em que o abuso é praticado por pessoas conhecidas, como pais, parentes, vizinhos, e etc. (Williams, 2002; Siems & Pimentel, 2006)

Algumas questões obtiveram quantidade nula de erros no pós-teste 1, e se referiam principalmente às questões relativas a algumas crenças incorretas sobre os tipos de abusadores (p.ex. mulheres não cometem abuso sexual). Mendel (1995) menciona que as agressões sexuais de mulheres contra crianças podem chegar a 40% do total de agressões. Nesse sentido, considera-se que o presente programa foi bem sucedido ao trabalhar essas questões.

Outra crença está relacionada aos meios para se cometer o abuso, sendo verificado pelas respostas que os participantes julgaram que o meio mais usado é a força física. Isso mostra que geralmente as pessoas não se atentam para o fato que a sedução pode ser usada pelo agressor. (Fieldman e Crespi, 2002, Padilha, 2007) E ainda, outra crença sugere que crianças mentem em relação ao abuso, quando na verdade somente cerca de 6% dos casos são fictícios, e a mentira geralmente ocorre com crianças maiores que objetivam alguma vantagem com o relato. (PNVSCA, s/ano)

No pós-teste 2, a maior quantidade de erros se concentrou nas questões referentes às suspeitas e denúncias, novamente sobre meios de realizar a denúncia e de

abordar a vítima, visto que, quando um profissional estiver diante de uma suspeita, não é indicado que ele tente obter todas as informações da ocorrência com a criança o mais rápido possível, pois isso pode confundir a criança e ainda prolongar seu sofrimento. Siems & Pimentel, 2006)

Portanto, diante do desempenho dos participantes – que aumentou consideravelmente após o treino e ainda se manteve significativamente acima do pré-teste nas quatro semanas que se seguiram após a primeira aplicação do treinamento – pode-se afirmar que o programa foi eficaz em ensinar o repertório de comportamentos de prevenção do abuso sexual nos abrigos de emergência. Trata-se da aprendizagem de regras que estabelecem de forma mais fiel, as contingências que frequentemente ocasionam o abuso sexual, que foi alvo da intervenção.

Em relação ao que é encontrado na literatura, devemos considerar a inexistência de um programa de treinamento de prevenção de abuso sexual no contexto dos abrigos de emergência, e da forma como foi feito, pelo programa de treinamento computadorizado cTRAIN. Dessa forma, o presente estudo pode ser considerado inovador e eficaz, visto que, na literatura da área, não se tem referências bibliográficas semelhantes a ele. Por outro lado, os resultados obtidos foram satisfatórios para os propósitos da pesquisa realizada, tornando-o eficaz no contexto da atuação em emergências e desastres em um cenário específico, os abrigos de emergência. Outro fator que diferencia tal estudo dos demais se refere ao fato de que geralmente os programas de prevenção de abuso sexual apresentam, em sua maioria, trabalhos com crianças, pais e educadores, principalmente no ambiente escolar.

Foi relatado que, no tocante ao trabalho das intervenções em emergências e desastres, há uma carência de trabalhos feitos no Brasil, e a dificuldade de analisar

trabalhos de outros países. Existem diferentes tipos de desastres dependendo da localidade, e a vulnerabilidade da região influencia fortemente o impacto do desastre: que pode ser de baixa magnitude, mas mesmo assim exercer um efeito devastador. Portanto, na elaboração do conteúdo do programa, concentrou-se em definir os aspectos da realidade dos desastres e dos abrigos de emergência no contexto brasileiro, buscando colaborar para uma efetiva gestão dos abrigos e consequente segurança dos abrigados.

Em relação à reação dos participantes frente ao treinamento, referente ao critério de auto relato dos participantes, tem-se como objeto de análise a avaliação geral do treinamento, um questionário respondido pelos participantes logo após a primeira aplicação. Por meio de tal avaliação, nota-se que o impacto do treinamento foi positivo, pois houve uma porcentagem alta de considerações do treinamento como ótimo e bom, nenhuma indicação que o treinamento tenha sido ruim ou péssimo e 77% dos participantes disseram que aprenderam novas informações com o treinamento.

Todos os participantes indicaram as instruções para a execução do treinamento como claras, e consideraram que foi fácil o uso do equipamento e do programa. De fato, inicialmente, houve uma preocupação para que as instruções do manuseio do programa fossem claras, tendo em vista que o programa que não é brasileiro e que exige do participante um conhecimento do manuseio das ferramentas do computador (visualização da tela, utilização do *mouse* e do teclado). Para tanto, foi feito um trabalho extenso de tradução e revisão das instruções, garantindo uma linguagem apropriada, simples e concisa. Foi adicionada uma instrução ao programa, que foi exposta pela projeção de uma apresentação, utilizando um *datashow* com as instruções gerais das etapas do treinamento.

A violência sexual é caracterizada como o delito menos denunciado em nossa sociedade. Talvez uma explicação seja o fato de que a sexualidade humana ainda é considerada um tabu em nossa sociedade e alguns assuntos relacionados não são facilmente discutidos em qualquer contexto, ou são relacionados a conteúdos impróprios ou ofensivos. (Williams, 2002) Assim, houve a preocupação de perceber se haveria alguma reação negativa ao conteúdo do treinamento. Todavia, a grande maioria dos participantes, 96% dos participantes indicou que o treinamento não apresentou itens ou palavras ofensivas. O estudo de Glass *et al.* (2010), o qual treinou princípios básicos de resposta à violência cometida por um parceiro íntimo no ambiente de trabalho, apontou que apenas 9,8% dos participantes considerou que havia itens ou palavras ofensivas.

Pode-se considerar que uma das principais questões do treinamento foi a importância de tratar o abuso sexual como um fenômeno multideterminado, que atinge todas as idade, níveis sociais e econômicos, etnias, religiões e culturas; e que é importante avaliar bem e combinadamente os sinais de abuso, pois a checagem de um indicador ou listagem de indicadores isolados pode levar a equívocos. Quando não se tem esse ponto de vista é comum as pessoas atribuírem as causas do abuso sexual à variáveis que culpabilizam erroneamente a criança ou ao uso do álcool ou drogas por parte dos agressores. (Padilha, 2007; Habigzang & Koller, 2011)

Deve-se ressaltar que a formação dos participantes era bem diversa, bem como o tempo de atuação naquela função, que variou de seis meses a 37 anos, e a idade variou de 28 a 59 anos. A formação nos cursos de graduação na área da saúde não garante que os profissionais sejam capacitados adequadamente para lidar com diversos tipos de violência. Jaramillo & Uribe (2001). Além disso, muitos dos participantes nem tinham

formação na área da saúde, e mesmo assim obtiveram um bom desempenho nos testes. Este dado mostra que o treinamento foi eficaz no ensino do conteúdo proposto, mesmo com a diversidade dos participantes.

A metodologia utilizada, o sistema de treinamento cTRAIN, mostrou-se útil e extremamente efetivo, à medida que obteve um retorno positivo em relação ao seu manuseio, e na forma como o conteúdo foi apresentado, considerada adequada. Metade dos participantes apontou que o treinamento mudou sua perspectiva em relação aos casos de abuso sexual nos abrigos de emergência, dado também encontrado em outras aplicações do programa (Santos, 2010, Glass *et al.* 2010)

Ademais, outro dado relevante aponta que cerca de 88% afirmaram que gostariam de participar de outros treinamentos similares a esse, evidenciando a aceitação do treinamento. É interessante ressaltar que a presente aplicação do cTRAIN foi a segunda realizada no Brasil, sendo a primeira de Santos (2010), com trabalhadores rurais no ensino de posturas adequadas no contexto rural, a qual obteve resultados semelhantes, com um alto desempenho após o treino e diminuição no pós-teste 2, porém ainda com alto desempenho e resultados significantes na manutenção do aprendizado.

O treinamento contou com somente estímulos visuais de palavras escritas, quando na verdade o programa cTRAIN poderia ser utilizado com conteúdos falados e principalmente vídeos, que poderiam inclusive simular situações de risco de abuso sexual. Este fato pode ser considerado como uma limitação encontrada na pesquisa, pois a experiência de outros estudos de prevenção de abuso sexual mostrou que o uso de diversas estratégias de ensino pode facilitar o aprendizado de comportamentos preventivos ao abuso (como várias sessões com diferentes atividades: vídeos, debates e dramatizações).

Nesse sentido, levanta-se a hipótese que, quanto mais formas de estímulos, maior seria a quantidade de informações aprendidas e mais facilmente elas seriam lembradas após um longo período de tempo. Contudo, para este estudo não foi possível o uso de tais formas de estímulos, em vista de algumas dificuldades, dentre elas a maior, o tempo curto disponível para a fase de elaboração dos módulos de treinamento.

Portanto, o sistema cTRAIN utilizado nesse treinamento mostrou-se efetivo para o ensino do conteúdo programado e aparece um instrumento com potencial para a área de treinamentos na área da saúde, bem como na preparação para atuação em emergências e desastres. Os resultados confirmam a efetividade do sistema já utilizado em diferentes tipos de treinamento e com diferentes populações, e estendem suas possibilidades de utilização com outro idioma, com conteúdos e características de participantes diversificadas.

É relevante mencionar a importância da parceria entre a Universidade de Brasília e a Defesa Civil de Campinas, uma vez que, esse estudo só foi possível a partir do interesse de uma instituição pública em aplicar um programa de treinamento desenvolvido por uma aluna de mestrado, o que trouxe benefícios para ambas as partes.

Esse treinamento aponta para a necessidade de treinamentos semelhantes que possam dar amparo a pouca qualificação de profissionais da saúde e de outras áreas que possam ter contato com casos de violência em diversos contextos, inclusive, e principalmente, em relação a emergências e desastres. A complexidade da área de treinamentos pode se beneficiar da contribuição de psicólogos, bem como a utilização da tecnologia comportamental, cuja ferramenta utilizada, a instrução programada, mostrou que o arranjo de contingências pode favorecer o ensino de comportamentos em

diversos contextos, no caso, comportamentos que busquem a prevenção de situações de risco para a ocorrência de abuso sexual.

Dessa forma, mostra-se que a temática de emergências e desastres traz inúmeras questões, pouco discutidas, e que o campo para o psicólogo é rico e passível de inúmeras possibilidades de atuação. A atuação da Psicologia na temática de emergências e desastres é de notória e fundamental importância.

Tendência atual é a articulação da Psicologia, sendo dada aqui ênfase especial para a Análise do Comportamento, com outras áreas de conhecimento. E a proposta de atuação nessa área emergente é de extrema relevância, e não menos importante é o potencial que a Análise do Comportamento tem, com sua tecnologia comportamental, metodologia, instrumentos e suporte teórico, para atuar nesse campo com excelência, trazendo contribuições para a construção de sociedades mais seguras e de atendimentos mais eficazes para populações em sofrimento.

Referências

- Amazarray, M.R. & Koller, S.H. (1998) Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, 11, (3), 559-578.
- Anger WK, Rohlman DS, Kirkpatrick J, Reed, RR, Lundeen CA & Eckerman DA. (2001) cTRAIN: A computer-aided training system developed in SuperCard© for teaching skills using behavioral education principles. *Behavior Research Methods, Instruments and Computers*, 33: 277-281.
- Anger WK, Stupfel J, Ammerman T, Tamulinas A, Bodner T. & Rohlman DS. (2006) The Suitability of Computer-based Training for Workers with Limited Formal Education: A Case Study from the US Agricultural Sector. *International Journal of Training and Development*. 10, 269-284
- Barros, R.D., Williams, L.C.A. & Brino, R.F. (2008). Habilidades de auto-proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14, (1), 93-110.
- Brasil. (2010) Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Relatório da Conferência Nacional*. Brasil: Distrito Federal.
- Brasília. (2011) Textos geradores - II *Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres/Conselho Federal de Psicologia*. – Brasília: CFP, 2ª Edição.
- Brino, R.F. & Williams, L.C.A. (2003) Capacitação Do Educador Acerca do Abuso Sexual Infantil. *Interação em Psicologia*, 7 (2), 1-11.

- Brino, R.F. & Williams, L.C.A. (2008). Professores como agentes de prevenção de abuso sexual infantil. *Revista Educação e Realidade*, 33, (2), 209-229.
- Carrara, K. (2008). Bases conceituais revisitadas, implicações éticas permanentes e estratégias recentes em análise aplicada do comportamento. In M. R. Cavalcante (Org.), *Avaliação e intervenção em análise do comportamento: Aspectos de procedimentos* (pp. 1-14). São Paulo: Roca.
- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED. (2012) *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010*. [Atlas]. Florianópolis: CEPED - UFSC.
- Chiesa, M. (1994) *Radical Behaviorism: The Philosophy and The Science*. Boston: Authors Cooperative, Inc., Publishers.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Second Edition. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Conboy, J.E. (2003) Algumas medidas típicas univariadas da magnitude do efeito. *Análise Psicológica*. 2, (XXI): 145-158.
- Eckerman, D.A. (2007, setembro) *Utilização da instrução programada /computadorizada na prática comportamental clínica e do trabalho*. Anais do XVI Encontro da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental. Brasília, DF, Brasil.
- Eckerman DA, Abrahamson K, Ammerman T, Fercho H, Diane S. Rohlman D.S. & Anger WK. (2004) Computer-Based Training for Food Services Workers at a Hospital. *Journal of Safety Research*. 35, 317-32

- Falcão, L.F.R., Amaral, J.L.G., Silva, L., Baracat, E.C. (Eds). (2012). *Programa de resposta a desastres: Fundamentos de resposta a desastres*. Baurerri, SP: Minha Editora.
- Fieldman, J.P. & Crespi, T. (2002) Child Sexual Abuse: Offenders, Disclosures and School-based Initiatives. *Adolescence*. 37, 145, 151-160.
- Franco, M.H.P. (2007, Dezembro) *Atendimento Psicológico a Vítimas e Equipes*. Mesa Redonda apresentada no Segundo Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais e Tecnológicos. Santos.
- Friedrich, (1998) Behavioral manifestations of child sexual abuse. *Child abuse & neglect*, 22, (6), 523-531.
- Gimenes, L.S., Eckerman, D.A & Vasconcelos, L.A. (2010) *Toxicologia comportamental e prevenção de acidentes: contribuições da análise do comportamento*. In: E. Tourinho & S. Luna de (Orgs) *Investigações conceituais e aplicadas na análise do comportamento*. São Paulo: Roca.
- Gimenes, L.S., & Vasconcelos, L.A. (1997). Los desastres radioactivos y sus efectos a largo plazo: el caso Cesio-137. *Desastres & Sociedad*, 8, 55-62.
- Glass N, Bloom T, Perrin N. & Anger WK. (2010) A computer-based training intervention for work supervisors to respond to intimate partner violence. *Safety and Health at Work*. 1, 167-174.
- Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado da Defesa Civil – SEDEC-RJ (2006) *Administração de Abrigos Temporários*. [Manual] Rio de Janeiro.
- Habigzang, L.F., Koller, S. (2011). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Aspectos conceituais e estudos recentes*. In Habigzang, L.F., Koller, S. (Orgs.)

- Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Manual de capacitação profissional. (pp.11-34) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herbert, M., Lavoie, F., Piché, C. & Poitras, M. (2001) Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children. *Child Abuse & Neglect*, 25 (4), 505-522.
- Inter-Agency Standing Committee – IASC. (2005) *Guidelines for Gender-based Violence Interventions in Humanitarian Settings: Focusing on Prevention of and Response to Sexual Violence in Emergencies*. Geneva: Inter-Agency Standing Committee.
- Jaramillo D.E., Uribe T.M. (2001) Rol del personal de salud en la atención a las mujeres maltratadas. *Invest Educ Enferm*. XIX(1), 38-45.
- Kirkpatrick, D.L. (1976) *Evaluation of training*. In Craig, R.L. Editor, 1976. Training and development handbook: A guide to human resource development. (2th ed.) New York: McGraw-Hill, 301-319.
- Lopes, D.C.; Costa, D.S., Soares, E.V., Furtado, J.R.; Alves, L.M.; Solino, M.N. & Cartagena, S.M.C.(2010) *Gestão de riscos e desastres: Contribuições da Psicologia*. Curso à distância/Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre desastres. Florianópolis: CEPED.
- Lumley, V., Miltenberger, R.G., Long, E.S., Rapp, J.T. & Roberts, J.A. (1998) Evaluation of a sexual prevention program for adults with mental retardation. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 31, (1), 91-101.
- Mendel, M.P. (1995) *The male survivor: The Impact of Sexual Abuse*. Thousand Oaks, CA: Sage.

- Padilha, M.G.S. (2002). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Considerações sobre fatores antecedentes e sua importância na prevenção*. In: H. Guilhardi et.al (Orgs). *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a Construção da Teoria do Comportamento*. V.10 (pp.209-220). Santo André. ESETec. Editores Associados.
- Padilha, M.G.S. (2007). *Prevenção Primária de Abuso Sexual: avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar*. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Pereira, H.B. (1970) *Instrução Programada: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Forense.
- Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNVSCA) (s/ano). *Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa*. Brasil.
- Santos, L.A. (2010). *Treinamento computadorizado para comportamentos de segurança no trabalho rural*. Tese (Mestrado em Ciências do Comportamento) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Siems, M.E.R. & Pimentel, G.A. (Orgs). (2006) *Como prevenir, identificar e combater o abuso e a exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes: Cartilha para técnicos, gestores e educadores da Rede de Enfrentamento da Violência Sexual*. [Cartilha]. Brasil.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: MacMillan.
- Skinner, B.F. (1972) *The Technology of Teaching*. New York. Appletton-Century-Crofts.

Teles, V. (2012) *Abuso sexual é o segundo maior tipo de violência*: Abandono, negligência e agressões físicas também entram na lista das principais causas notificadas. Brasil, Portal da Saúde do Ministério da Saúde. Recuperado em 03 de janeiro de 2013, de <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/5242/162/abuso-sexual-e-o-segundo%3Cbr%3E-maior-tipo-de-violencia.html>

Veltman, M. & Browne, K. (2001). Three decades of child maltreatment research – Implications for the school years. *Trauma, Violence and Abuse*, 2 (3), 215-239.

Williams, L. C. A. (2002). Abuso sexual infantil. Em H. J. Guilhardi; M. B. B. P. Madi; P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento* (pp. 155-164). Santo André: ESETec Editores.

Wolfe, V.V (1998) *Child Sexual Abuse*. In: G.Mash, & R. Barkley (orgs.) *Treatment of Childhood Disorders*. New York: The Guilford Press.

Wurtele, S. K. (1987). School-based sexual abuse prevention programs: A review. *Child Abuse & Neglect*, 11, 483-495.

Wurtele, S.K. (1990) Teaching Personal Safety Skills to Four-Year-Old Children: a behaviorism approach. *Behavior Therapy*, 21, 25-32.

Wurtele, S.K.; Kast, L.C. & Melzer, A.M. (1992) Sexual Abuse Prevention Education for Young Children: a comparison of teachers and parents as instructors. *Child Abuse & Neglect*, 16, 865-876.

Wurtele, S.K. & Saslawsky, D. (1986) Teaching Personal Safety Skills for Potential Prevention of Sexual Abuse: a comparison of treatments. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54, 668-692.

Anexos

ANEXO A



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FS

PROCESSO DE ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Registro do Projeto no CEP: **074/12**

Título do Projeto: “Treinamento computadorizado para prevenção de abuso sexual em abrigos de emergências”.

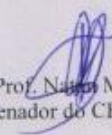
Pesquisadora Responsável: Dafne Rosane Oliveira

Data de Entrada: 29/05/12

Com base na Resolução 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética em pesquisa com seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos e do contexto técnico-científico, resolveu **APROVAR** o projeto **074/12** com o título: “Treinamento computadorizado para prevenção de abuso sexual em abrigos de emergências”, analisado na 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de junho de 2012.

A pesquisadora responsável fica, desde já, notificada da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 07 de novembro de 2012.


Prof. Nairi Monsore
Coordenador do CEP-FS/UnB

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

O (a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto intitulado: “Treinamento computadorizado para prevenção de abuso sexual em abrigos de emergências”.

O objetivo desta pesquisa é investigar a eficácia de um treinamento feito por meio de atividades em um computador, com profissionais que atuam em abrigos improvisados em situações de emergência; com o intuito de prevenir situações potencialmente propícias para a ocorrência de abuso sexual nestes abrigos. Essa pesquisa faz parte da dissertação de mestrado de Dafne Rosane Oliveira.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). A sua participação será através da presença no treinamento, que ocorrerá em duas etapas, nos dias 21 de setembro e 26 de outubro de 2012, tendo a duração em média de uma a duas horas.

Informamos que o(a) Senhor(a) pode se recusar a participar de qualquer procedimento, qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. O treinamento é totalmente gratuito e não existe qualquer ônus para você ou sua família. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Instituição Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Esclarecimentos poderão ser feitos a qualquer momento da pesquisa. O contato com a pesquisadora Dafne Rosane Oliveira poderá ser feito, se necessário, através do telefone (61) 81270228, ou através do e-mail oliveiradafne@gmail.com.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do telefone: (61) 3107-1947. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

Participante:

Pesquisadora Responsável: Dafne Rosane Oliveira

Campinas, ____ de _____ de 2012.

ANEXO C

AValiação DO TREINAMENTO

Assinale a resposta escolhida de acordo com sua opinião em relação ao programa de treinamento. Fique a vontade para acrescentar qualquer informação que julgue relevante à avaliação.

1. Você considera que os assuntos do treinamento foram adequados à suas necessidades e interesses?

- Não foram adequados
- Foram pouco adequados
- Foram adequados
- Foram muito adequados

2. Você achou que o equipamento usado foi fácil de usar?

- Sim
- Não
- Um pouco difícil.

3. Você considera que aprendeu novas informações com o treinamento?

- Sim
- Não
- Pouca coisa.

4. Você considera que o treinamento tinha itens ou palavras ofensivas?

- Sim
- Não
- Um pouco.

5. Você achou que algum conteúdo foi inadequadamente trabalhado?

- Não
- Sim. Qual? Por favor explique.

6. Você considera que mudou sua perspectiva em relação aos casos de abuso sexual nos abrigos?

- Sim
- Não
- Um pouco.

7. De uma maneira geral, como você avalia o treinamento?

- Ótimo
- Bom
- Ruim
- Péssimo

8. Você gostaria de participar de outros treinamentos similares a esse?

- Com certeza
- Sim
- Talvez
- Não